

O Processo de Internalização da Sustentabilidade nas Organizações: Contribuições Neoinstitucionais

The Internalization Process of Sustainability in Organizations: New Institutionalism Contributions

Mauro Guilherme Maidana Capelari^{*,*}; Bernardo Carlos Spaulonci Chiachia Matos de Oliveira^a; Dayanne Marciane Gonçalves^a; Luciano Muncck^a

^aUniversidade Estadual de Londrina, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração, PR, Brasil

*E-mail: capelari57@hotmail.com

Resumo

O presente artigo objetiva explorar as possíveis contribuições da teoria Neoinstitucional Sociológica - TNIS - para a compreensão do processo de internalização da perspectiva ambiental sustentável nas organizações. Especificamente, o estudo busca pontuar três características convergentes entre a TNIS e a perspectiva ambiental sustentável nas organizações, sob a perspectiva do processo de internalização. Para tanto, fundamentou-se metodologicamente em referências nacionais e internacionais que englobaram periódicos, livros, resumos e resenhas. Primeiramente, foram esclarecidas as nuances da TNIS, para em seguida construir um conceito de sustentabilidade ambiental. Diante desses dois panoramas, foram trazidos à tona três pontos de aproximação entre os objetos em julgamento. O primeiro ponto tratou da análise das convergências na visão de sociedade pertencente a um construto social, minimizando, por consequência, o individualismo metodológico. O segundo analisou o viés isomórfico da TNIS em seus três campos de estudos: coercitivo, normativo e mimético. Por fim, o terceiro ponto convergente versou sobre a análise da sustentabilidade ambiental sob a ótica do viés cognitivo, como forma de conformidade organizacional a valores externos, aproximando a TNIS do lado determinístico de um debate a respeito da natureza humana e das teorias organizacionais. Concluiu-se, portanto, que há pontos passíveis de convergência entre a Teoria Neoinstitucional e a perspectiva ambiental da sustentabilidade que comprovam a possibilidade de uso da TNIS como aporte para o entendimento da internalização da sustentabilidade ambiental nas organizações.

Palavras-chave: Neoinstitucionalismo. Organizações. Sustentabilidade Ambiental.

Abstract

This paper aims to explore the possible contributions of New Institutionalism Sociological Theory (NIST) in order to understand the internalization process through sustainable environmental perspective in organizations. The research aims specifically to score three converging characteristics between NIST and sustainable environmental perspective in organizations, through the perspective of the internalization process. Therefore, the research was methodologically based on national and international references, such as journals, books, abstracts and reviews. First, the nuances of NIST were explained then a concept of environmental sustainability was created. Towards both perspectives, three issues of approach between the objects on trial were enhanced. The first issue dealt with the analysis of convergence in the view of a society that belongs to a social construct, minimizing, therefore, the methodological individualism. The second issue examined the isomorphic bias of NIST on its three fields of study: coercive, normative and mimetic. Finally, the third convergent issue dealt with the analysis of environmental sustainability through the perspective of cognitive bias, as a way of organizational compliance to external values, approaching NIST from a deterministic debate about human nature and organizational theories. We conclude, therefore, that there are points of convergence between Neo Institutionalism Theory and the perspective of environmental sustainability that prove the possibility of using NIST as a contribution to understand the internalization of environmental sustainability in organizations.

Keywords: *New Institutionalism. Organizations. Environmental Sustainability.*

1 Introdução

O pensamento cartesiano e a revolução industrial deram início à visão de que o meio ambiente era uma ferramenta para o desenvolvimento humano. Por mais de um século, esse pensamento deu suporte à busca desenfreada pelo crescimento acarretando desastres ambientais consideráveis. Com a chegada da modernidade, período posterior ao século XVII, as instituições adquiriram características próprias e diferentes do período clássico (pré XVII). Para Giddens (1991), as particularidades da modernidade estão atreladas ao ritmo das mudanças sociais, que se firmam muito mais dinâmicas; ao escopo da mudança e à própria natureza intrínseca da modernidade representadas pelas recentes feições do sistema político, de produção e de trabalho. Isso expressa o surgimento

de novas formas sociais que sofrem mudanças rápidas e interconectadas, cujo estudo e entendimento são primordiais para a compreensão de determinadas características e fenômenos socioambientais.

Nessa perspectiva de mudanças, a temática ambiental da sustentabilidade ganhou força principalmente com o informe do Clube de Roma, que procurou esclarecimentos sobre o crescimento econômico mundial e as preocupações com o meio ambiente, em 1972. Esse informe é um marco nos estudos ambientais, pois é a partir dele que se intensificou a preocupação com o meio ambiente, tanto por parte dos governantes, com a criação do PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e legislações ambientais mais severas, como pela população e empresas, com o aumento significativo do número de ONGs - Organizações

não Governamentais e movimentos ambientais, ainda que reagindo à legislação, dentro das organizações.

Paralelamente ao aumento das movimentações sobre a sustentabilidade ambiental, desenvolveu-se, principalmente nos Estados Unidos, a Teoria Neoinstitucional Sociológica - TNIS. Essa teoria, resumidamente, preocupa-se em estudar como e quais fatores influenciam as ações, a tomada de decisão e a institucionalização de processos organizacionais. Seu principal conceito fundamenta-se na ideia de que as organizações estão enraizadas em ambientes sociais e políticos e que suas estruturas e práticas são reflexos das crenças e regras constituídas no macroambiente (POWELL, 2007).

Assim, este trabalho pretende entender a relação entre a TNIS e a perspectiva ambiental da sustentabilidade organizacional, limitando-se aos pontos de convergência existentes entre ambas. Para se alcançar esse objetivo, foram metodologicamente utilizados estudos teóricos exploratórios que explicam tanto a teoria organizacional quanto o panorama ambiental. Entende-se por estudo teórico a leitura em *sites*, publicações periódicas, livros, resenhas e resumos de pesquisadores nacionais e internacionais. Além dessa introdução e dos resultados finais, o artigo está dividido em três seções subsequentes: o aprofundamento da Teoria Neoinstitucional Sociológica; o entendimento teórico da sustentabilidade ambiental nas organizações e os pontos de convergências entre a TNIS e a perspectiva ambiental da sustentabilidade dentro das organizações.

2 Desenvolvimento

2.1 Aspectos gerais do Neoinstitucionalismo Sociológico

A Teoria Neoinstitucional Sociológica - TNIS baseia seus argumentos na noção de que as organizações são socialmente recompensadas pela legitimação e recursos, sobrevivendo com base na aceitação de pressões institucionais coercitivas, normativas e adaptativas; implicando, dessa forma, na transferência de valores contextuais, cerimoniais e simbólicos para a estrutura, estratégias e práticas da organização, gerando isomorfismo (FERNANDEZ-ALLES; VALLE-CABRERA, 2006).

Nesse contexto, os primeiros argumentos da TNIS foram formulados por Philip Selznick, Oliver Williamson, John Meyer, Brian Rowan, Richard Scott e Lynne Zucker, na década de 1970. Essa orientação teórica propõe que a estrutura organizacional formal seja moldada por reflexo de forças institucionais, incluindo mitos racionais, conhecimento legitimado através de ensino, das profissões, da opinião pública e da lei. A ideia principal é que as organizações estão profundamente enraizadas em ambientes sociais e políticos, nos quais as práticas e estruturas organizacionais são, amiúde, reflexões ou respostas às regras, crenças e convenções construídas em ambiente mais amplo. Entende-se, por isso, que as práticas organizacionais são socialmente constituídas (POWELL, 2007). Os neoinstitucionalistas colocam que grande parte das normas e procedimentos das organizações

é adotada devido ao processo de origem e semelhança das práticas culturais e não necessariamente porque aumentam a eficácia das tarefas a cumprir. Esse comportamento é denominado como legítimo ou legitimidade.

Assim, a TNIS compreende quatro elementos principais, para DiMaggio e Powell (1983): rejeição dos modelos de ator racional, colocando que o próprio indivíduo é socialmente constituído; interesse em instituições interdependentes; observação de unidades supraindividuais, que não podem ser reduzidas a interesses individualistas; e explicações organizacionais voltadas para a análise cognitiva e cultural.

Segundo Meyer e Rowan (1977), o processo de legitimidade organizacional deve fazer referência principalmente ao papel cognitivo dos ambientes sociais e políticos. Essa forma de pensar o processo de legitimidade é compartilhada por Hall e Taylor (1996, p. 210), quando afirmam:

Concentram-se no modo como as instituições influenciam o comportamento ao fornecer esquemas, categorias e modelos cognitivos que são indispensáveis à ação, mesmo porque, sem eles, seria impossível interpretar o mundo e o comportamento dos outros atores. As instituições exercem influência sobre o comportamento não simplesmente ao especificarem o que se deve fazer, mas também o que se pode imaginar fazer num contexto dado.

Complementarmente às explicações gerais sobre essa teoria, encontra-se um modelo de análise que ajuda na compreensão da legitimação. Esse modelo é denominado de isomorfismo, termo originalmente desenvolvido por DiMaggio e Powell (1983) quando buscaram a resposta de “Por que as organizações são tão parecidas?”. Assim, as organizações, em um dado ambiente e na tentativa de diferenciação, acabam por se assemelhar e também por criar os limites de posteriores mudanças. Essas características de similaridade são denominadas de isomorfismo. Identificam-se, assim, três mecanismos através dos quais a mudança institucional isomórfica ocorre: 1) isomorfismo coercitivo, que decorre de influências políticas e de problemas de legitimidade; 2) isomorfismo mimético, resultante de respostas padrão às incertezas; e 3) isomorfismo normativo, que é associado à profissionalização.

O isomorfismo coercitivo resulta de pressões formais e informais sobre algumas organizações, exercidas por outras organizações das quais as primeiras são dependentes, e pelas expectativas culturais da sociedade, na qual a organização está inserida. Tais pressões podem ser sentidas como força, como persuasão ou como convites para a formação de coalizões. A pressão que uma corporação impõe (em termos de padrões, normas, dentre outras) sobre suas subsidiárias; as exigências das regulamentações governamentais; as exigências que determinadas empresas fazem sobre suas cadeias de suprimento; a pressão que empresas de transporte e comunicações fazem sobre aquelas que utilizam seus serviços são exemplos característicos desse viés isomórfico (DIMAGGIO; POWELL, 1983).

Em se tratando do isomorfismo mimético, percebe-se sua vinculação, sobretudo em função da incerteza. Quando

as tecnologias das organizações são pouco compreendidas, quando as metas são ambíguas, ou quando o ambiente cria incertezas simbólicas, as organizações tendem a moldar-se com base em outras organizações. O mimetismo, desse modo, é geralmente uma resposta à incerteza e estaria presente de maneira mais intensa em instituições avessas ao risco, pois ele gera estabilidade. Muito da homogeneidade nas estruturas das organizações deve-se ao fato de que, apesar da considerável busca por diversidade, existe relativamente pouca diversidade para ser selecionada. Novas organizações são moldadas baseadas nas velhas, e os gerentes buscam modelos para guiá-los. O mimetismo também é fruto da percepção das organizações de que existem outras em seu campo com maior legitimidade ou maior sucesso.

O isomorfismo normativo advém principalmente do processo de profissionalização, que pode ser definido como esforço coletivo dos membros de uma ocupação para definir as condições e métodos de seu trabalho, para controlar a produção, e estabelecer uma base cognitiva de legitimação para autonomia ocupacional (DIMAGGIO; POWEL, 1983). Dois aspectos são importantes fontes desse isomorfismo: o primeiro repousa a educação formal e a legitimação sobre uma base cognitiva produzida pelos especialistas das universidades. Já o segundo é o crescimento e a elaboração de redes profissionais que transpõem as organizações e através das quais novos modelos rapidamente se difundem. Assim, universidades e instituições de treinamento profissional são importantes centros para o desenvolvimento de normas organizacionais entre os gerentes profissionais e suas equipes de trabalho.

Ao conceito geral de isomorfismo, portanto, conclui-se que quanto maior a dependência de uma organização em relação à outra, quanto maior a centralização dos recursos de que ela depende, quanto maior a incerteza na relação entre meios e fins, quanto mais ambígua as metas organizacionais, quanto maior a confiança nas credenciais acadêmicas na escolha da gerência e de assessoria pessoal e quanto maior a participação dos gestores em associações profissionais, maior será o isomorfismo desta organização em relação a outras organizações.

2.2 A sustentabilidade ambiental

Para a análise da sustentabilidade ambiental e suas diferentes manifestações, práticas e discursos, busca-se inicialmente uma compreensão advinda desde o surgimento do termo ecologia, perpassando por explicações a respeito de ambiente e sustentabilidade. Por fim, apresenta-se a cronologia do arquétipo ambiental, na qual está situada a internalização da preocupação ambiental nas organizações. Dessa forma, não devem ser entendidas como sinônimo de sustentabilidade ambiental as terminologias: ambientalismo, movimentos ambientais e questão ambiental, tendo em vista que agregam valor para o termo sustentabilidade ambiental e seu entendimento.

Assim, iniciar-se-á explanando que, como Egri e Pinfield (1999), os estudos ambientais necessitam de uma abordagem multifacetada, interdisciplinar e controvertível. Multifacetada, pois averiguam fenômenos em diferentes planos, tais quais: individual, grupal, organizacional, social e global. Interdisciplinar, porque perpassa tanto as ciências naturais (ecologia, biologia, física e química) quanto as ciências sociais (filosofia, sociologia, história, antropologia e teoria organizacional) na procura de campos de convergências e divergências. E controvertível, pois é uma temática em expansão minada de conflitos sociais e políticos interconectados que propõem condutas alternativas à medida que algo novo é encontrado.

O termo ecologia, precursor do termo ambientalismo, tem sua origem em 1866, como o zoólogo Ernst Haeckel. Para esse estudioso, a ecologia em sua essência representa o conhecimento gerado por meio da observação das inter-relações existentes entre os ambientes orgânicos/inorgânicos e os organismos. A maior eficiência na utilização dessa terminologia encontra-se ao adotar alguns de seus princípios intrínsecos. Esses princípios são denominados como holístico (interconexões entre sistemas e ambientes); equilíbrio da natureza; diversidade; limites finitos do sistema planetário para o suporte à vida; e mudanças frequentes dos processos e ciclos da natureza (EGRI; PINFIELD, 1999).

Proveniente do conceito ecológico, o termo ambiente trata de fatores externos, articulados de forma complexa, tais como: físicos, biológicos, termodinâmicos, econômicos, políticos e culturais. Esses fatores influenciam de modo direto a sobrevivência e a evolução dos organismos (BOEIRA, 2001; COLBY, 1991). Assim, por um lado, o ambientalismo é a aplicação da teoria ecológica que tenta compreender a ordem social dentro de uma biosfera. Por outro, é entendido como a ciência dos valores sociopolíticos que envolvem as relações humanas com o ambiente natural, sendo este último o foco do presente trabalho (EGRI; PINFIELD, 1999).

Os movimentos ambientais ganharam forma definida no período denominado pós-segunda guerra. Isso ocorreu, pois houve, naquele momento, um grande crescimento econômico atrelado à tomada de consciência, por parte dos cidadãos, dos perigos da capacidade humana em modificar a biosfera em amplitude e em efeitos no tempo. Além disso, esses movimentos ambientais foram impulsionados pela onda de movimentos de contracultura existentes na época, dos quais faziam parte, também, o feminismo, o espiritualismo e os *hippies*. Todos esses movimentos revolucionários traziam em sua essência conceitos advindos da ecologia e do ecocentrismo, nos quais o princípio era o não desvio do destino de outras espécies para satisfazer o conforto da espécie *homo sapiens*. Esse movimento ambientalista ficou conhecido como radical (FOLADORI, 2001; MCGREW, 1993).

De maneira mais apaziguadora, contudo ainda pertencente à perspectiva dos movimentos ambientais, encontra-se uma segunda ramificação conhecida como ambientalismo renovado,

que carrega princípios ecocêntricos em contrapartida ao antropocêntrico. Na visão desses ambientalistas, a tecnologia é o motor para o progresso científico e econômico, assim como o meio para controlar e gerenciar os riscos ambientais que perturbam a existência humana. Eles prezam pelo uso eficiente dos recursos naturais atrelados à minimização de custos, apostando em recursos energéticos renováveis.

Esses ambientalistas, principalmente após a década de 1970, são intitulados também, desta vez por McGrew (1993), como a nova era do ambientalismo. Essa nova era, segundo o mesmo autor, é movida principalmente por uma classe média, nascida da transição para uma sociedade pós-industrial. Ela se singulariza por algumas pormenoridades, tais quais: a preocupação pública com as questões ambientais (transformadas muitas vezes em organizações não governamentais), crescimento do consumo verde, difusão de valores ecológicos e a intensificação da regulamentação estatal na temática ambiental.

Dentro dessas duas vertentes de movimentos ambientais, surgem inúmeras ações que mostram certo aumento na preocupação com os meios naturais. Fatos como a expansão nas décadas de 1960 e 1970 dos movimentos ambientalistas em forma de organizações não governamentais, tais quais: *Greenpeace*, Amigos da Terra, *Earth First*, entre outros; informe do Clube de Roma sobre os limites do crescimento, em 1972, que culminou com a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA e com a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - CMMAD; lançamento do Relatório Brundtland sobre meio ambiente e desenvolvimento, em 1987, do qual surge o conceito de desenvolvimento sustentável; e, por fim, a Conferência da ONU sobre meio ambiente e desenvolvimento realizada no Brasil em 1992 corroboram essa veemente explosão das ações ambientais (FOLADORI, 2001).

Foi a partir de 1987 que os ideais dos ambientalistas renovados ganharam impulso e credibilidade. Isso ocorre, também, pela formulação do conceito de sustentabilidade. Para Dovers (1997, p.306), por exemplo, a definição de sustentabilidade está pautada na “habilidade da natureza, do humano ou de ambos de resistir ou adaptarem-se, por tempo indeterminado, a mudanças endógenas ou exógenas providas de ameaças”. Ainda seguindo o entendimento desse autor, a sustentabilidade, em preâmbulos de definição metodológica, sofre por possuir um alcance sistêmico e, muitas vezes, não consegue responder a determinadas implicações da sociedade moderna. Isso é decorrente, sobretudo, da amplitude e da diversidade dos problemas ambientais. Em seu método de análise, Dovers (1997) explana a respeito de três categorias de problemas ambientais: micro, meso e macroproblemas. Aos microproblemas estão relacionadas as pequenas desarmonias do dia a dia, sem demasiada complexidade e incerteza. Para os mesoproblemas, as relações são de significativas desordens com relevância para a entrada na agenda pública. Contudo, não possui caráter de modificação sobre relação

de produção e consumo econômico, caso que não ocorre nos macroproblemas, pois estes são multifacetados, complexos e repletos de incertezas, com difusão espacial e temporal, e podem causar rupturas no sistema natural e social, por isso pertencentes à agenda política. É nos macroproblemas, pertencentes ao tratamento da sustentabilidade ambiental, que o presente trabalho se respalda.

Na conjuntura renovadora da sustentabilidade, gradualmente, a perspectiva ambiental molda-se em forma e conteúdo dentro dos setores organizacionais. Essa internalização ocorre primeiramente, segundo Hoffman (2001), por pressões desses movimentos ambientais e do Estado. Essas pressões são denominadas de coercitivas e regulatórias e tinham a intenção primordial de direcionar as ações empresariais para um cuidado, mesmo que pequeno, com o meio ambiente. Faziam parte dessas pressões iniciais: penalidades civis, administrativas e criminais, por parte do Estado, e protestos, pressões negativas, desestabilidade da reputação e da imagem, por parte dos ativistas ambientais.

Recentemente, contudo, o campo de pressões ambientais sobre as empresas tornou-se mais complexo. Isso foi decorrente da elaboração de um diversificado quadro de ações culturais representado pelo Estado, ambientalistas, instituições acadêmicas, associações, empresas concorrentes, fornecedores, bancos, companhias de seguro, investidores, organizações religiosas e comunidades locais, ou seja, os *Stakeholders* de maneira geral. Essa ampliação da conjuntura social em defesa de atitudes ambientais empresariais transforma a maneira de pensar e de agir das empresas. Atualmente, pode-se observar que as organizações consideram a sustentabilidade ambiental e a estratégia empresarial sendo desenvolvidos mutuamente em um único plano de negócio (HOFFMAN, 2001).

A partir desse momento, portanto, torna-se impossível compreender a sustentabilidade ambiental nas organizações com estudos que isolam cada um dos *Stakeholders* citados. Isso ocorre, porque existe uma complexa rede de inter-relações que afetam as decisões empresariais sobre o meio ambiente, através de ações muitas vezes não identificáveis e opostas, pertencentes ao campo cognitivo e cultural (HOFFMAN, 2001).

2.3 Discussão

As análises e discussões presentes neste artigo, conforme apresentado na introdução, atentam-se a três pontos, que juntos fazem parte de uma tentativa de convergência entre a TNIS e a perspectiva ambiental da sustentabilidade. Assim, primeiramente pontua-se a visão de uma sociedade que se modifica e se emerge a partir de relações construídas socialmente. Em seguida é abordado o modelo analítico isomórfico e seus três vieses de estudo: coercitivo, mimético e normativo. Por conseguinte, atenta-se para a abordagem cognitiva como suporte à compreensão das ações de agentes externos e para a conformidade organizacional a essas ações.

2.3.1 Pontos de convergência

Conforme visto na teorização do neoinstitucionalismo, ficou claro que este advém, dentre outras coisas, da rejeição dos pressupostos individuais metodológicos - PIM. Para esse modelo, explicações acerca de fenômenos sociais devem iniciar suas análises a partir de ações singulares, ou seja, compreende-se por PIM a perspectiva analítica e normativa que considera a sociedade ou componentes dessa sociedade, tal qual indivíduo e/ou organização, como produto de ações e reações individuais que podem ser reduzidas às partes que a constituem (REED, 1999). Dessa forma, o termo individual metodológico não está ligado diretamente ao conceito de indivíduo, mas, sim, de individual. Para fins desse trabalho, por exemplo, o PIM necessita ser pensado em termos organizacionais e entendendo as organizações como entidades objetivas que se impõem aos atores sociais com tamanha força que lhes deixa pouca ou nenhuma alternativa de construção social.

Percebe-se, portanto, que a autonomia é um fator pertencente a esse conceito ontológico, principalmente no que tange ao momento da construção e da tomada de decisões. O individualismo metodológico, nesse contexto, é uma ferramenta específica para a análise dos processos sociais, nos quais a organização não é um mero produto da sociedade, mas o fator determinante da sociedade. Isso significa dizer que entre os componentes e os resultados produzidos pela interação individual esquematiza-se em uma relação de causalidade do tipo Indivíduo/Organização implica Sociedade (CARVALHO, 2008).

Na contramão desse conceito, os neoinstitucionalistas apontam para a visão de sociedade pertencente a um construto social. Isso significa dizer que em sua concepção, além da existência da relação de causalidade em que a organização determina a sociedade, o inverso é considerado verdadeiro. Ou seja, os teóricos da TNIS também consideram o modo como as instituições sociais influenciam o comportamento organizacional (HALL; TAYLOR, 1996).

Dentro dessa perspectiva, a TNIS quer mostrar que as ações individuais não estão livres das influências externas. Os comportamentos organizacionais são, sim, determinados por diferentes fatores externos que realimentam e constroem os desejos individuais através de formas, imagens e signos sociais. Esses fatores externos são escolhidos em maior ou menor intensidade de acordo com a interpretação de cada organização, e, ao ser confrontada com uma dada situação, essa mesma organização se depara com diferentes meios de resolvê-la, resultando em ações advindas de sua própria iniciativa. Hall e Taylor (1996) intitulam essa epistemologia da TNIS como de “raciocínio prático”, no qual cada organização, ao instituir sua linha de ação, se utiliza dos modelos institucionais já disponíveis, ao mesmo tempo em que os transforma na

tentativa de melhor adaptação a suas tarefas.

Nessa conjuntura, pode-se notar que, quando Egri e Pinfield (1999), na contextualização do viés ambiental da sustentabilidade, trabalham o termo ambiente como pertencente a uma perspectiva multifacetada, interdisciplinar e controvertível, faz-se necessário, para um estudo mais completo e profundo, o entendimento desse ambiente como socialmente constituído. Isso é decorrente, pois, ao se aplicar tal conceito, pressupõe-se que a relação entre sociedade e meio ambiente seja complexa, onde estão presentes interesses muitas vezes diferentes e opostos. Esses pressupostos são observados quando as organizações procuram se legitimar ambientalmente em um contexto onde ela está pressionada tanto por acionistas, concorrentes e bancos quanto por ambientalistas, governo e comunidade. Além disso, o conceito de socialmente constituído livra-se de uma perspectiva unitária de sociedade, que nos leva a uma visão simplista e ingênua de relações sociais, onde tudo se constitui de maneira racional e fácil, desconsiderando muitas vezes conflitos de poder que fazem com que as organizações não procurem essencialmente o aumento da eficiência de sua produção, mas a ampliação de sua legitimidade ambiental.

Complementarmente à exclusão do individualismo metodológico na TNIS, nota-se, também, pelo caminho construído na revisão da temática ambiental, que as organizações internalizam essa questão por meio de pressões advindas de diferentes atores externos. Esses atores podem ser tanto institucionais quanto regulamentações do Estado; em processo de institucionalização como exigências ambientais ordenadas por bancos e acionistas; por ações individuais ou coletivas como boicotes de clientes, reivindicações ambientalistas e comunitárias; como por pressões técnicas advindas dos concorrentes (HOFFMAN, 2001; SOUZA, 2004).

Para tratar dessas pressões ambientais externas sofridas pelas organizações, os neoinstitucionalistas sociológicos utilizam o modelo de análise isomórfico, classificado por DiMaggio e Powell (1983) como coercitivo, normativo e mimético. Esse caminho de análise permite, sobretudo, verificar os motivos pelos quais as organizações possuem atitudes ambientais tão parecidas umas com as outras.

Clarificando melhor o conceito de isomorfismo no arquétipo ambiental, tentar-se-á qualificar cada um dos agentes ambientais dentro das três divisões isomórficas expostas acima. Ao contexto coercitivo, por exemplo, pode ser atribuído o papel do Estado, dos ambientalistas, dos acionistas, da comunidade, entre outros. Exemplo do modelo coercitivo foi apresentado por Capelari e Borinelli (2009), que estudaram a política ambiental no Estado do Paraná e concluíram que nesse Estado o instrumento de comando e controle¹ do Governo, iniciado na década de 1970, em virtude do início da industrialização, foi determinante para

1 O instrumento de comando e controle são regras que devem ser cumpridas por parte da sociedade. Se não forem, os cidadãos infratores serão passíveis de penalidades legais. Exemplos desse instrumento são: normas e legislações, zoneamentos, licenciamentos e fiscalização.

as primeiras movimentações ambientais das indústrias. Essas políticas foram representadas pela criação de órgãos ambientais no Estado, principalmente o Batalhão da Polícia Florestal do Paraná (1957) e a Administração de Recursos Hídricos (1972).

Na questão referente ao isomorfismo normativo, podem ser detectadas ações de profissionais acadêmicos que procuram profissionalizar os colaboradores das organizações; os profissionais técnico-cientistas que buscam aperfeiçoar modelos de produção que trazem melhor eficiência ambiental, como as instituições profissionais do SESI, SENAI, SENAC, SEBRAE e órgãos que criam padrões de qualidade ambiental, como as séries ISO, certificados e prêmios ambientais. Os prêmios distribuídos pela revista *Expressão Ecológica* em 2002 servem como espelho para outras indústrias buscarem informações, tecnologias, ideias e profissionalização, para, assim, aperfeiçoarem em seus arranjos produtivos técnicas e procedimentos ambientais (CAPELARI; BORINELLI, 2009). Em complemento, Souza (2004) demonstrou através da empresa COPESUL (Companhia Petroquímica do Sul) outras atitudes normativas. Por exemplo, no projeto piloto de ampliação do processo produtivo da empresa, foi estabelecido um conjunto de medidas mitigadoras de possíveis impactos ambientais, como a destinação de uma área de 3.700 hectares reservada para a proteção ambiental; a constituição de um “cinturão verde” ao redor da indústria com intenção de controlar a aproximação da comunidade, servir de barreira visual, de ruído e de impactos atmosféricos; a implementação do sistema de tratamento de efluentes líquidos e sólidos e a implementação do relatório de qualidade ambiental ISO 14.000.

Com relação ao modelo mimético, as práticas ambientais são incorporadas pelas organizações através da reprodução de mecanismos já existentes no mercado, principalmente nos que estão em uso por outras empresas ou até mesmo por filiais da mesma corporação. Um modelo dessa espécie de isomorfismo é encontrado na Volvo-PR, sediada na região metropolitana de Curitiba desde a década de 1970. Sendo uma empresa pioneira no Estado do Paraná no que tange à implementação de práticas e tecnologias ambientais em seu processo industrial, essa organização foi alvo de diversos processos de imitação tecnológica, principalmente por organizações pertencentes a ramos semelhantes ao dela. Essa tendência de imitação tecnológica ambiental é teoricamente embasada pelo conceito de mimetismo (2009).

O isomorfismo torna-se mais relevante e singular para a compreensão da internalização da sustentabilidade ambiental nas organizações, quando é compreendido através do olhar cognitivo. Essa ótica de análise da TNIS está entrelaçada com a divisão de estrutura organizacional proposta por Meyer e Rowan (1977) e por Hall e Taylor (1996), revisada na conceituação teórica do trabalho, especialmente no que dispõe sobre a propriedade institucional. Assim, olhar cognitivo é a expressão de fatores não formais, forças que delimitam

caminhos, moldam expectativas e não podem ser controladas pela organização. Um exemplo, para ilustrar o conceito, vem das atitudes do Estado reproduzidas, também, para o campo ambiental:

O Estado é concebido por fazer escolhas com base em alguns interesses ou intenções coletivas, alternativas e expectativas. Os procedimentos de decisão que observamos são sinais e símbolos da adequação dos eventos, no sentido de que o acontecido não é visto da maneira que as coisas acontecem (MARCH; OLSEN, 2008, p.127).

A análise cognitiva traz à tona o viés determinístico da TNIS que está centrada em uma perspectiva em que o ambiente externo determina muito das ações da organização, contudo não todas essas ações. O interesse, portanto, é de entender que a teoria em foco busca analisar fatores da sustentabilidade ambiental que estão distantes de um padrão formal, visível e mensurável, de fácil entendimento e acesso. O que a TNIS pretende é compreender e apontar fatores políticos, sociais e culturais que produzem influência no direcionamento da tomada de decisão das organizações. Dessa maneira, pode-se parafrasear a linha de pensamento investigativo da TNIS com as características da sustentabilidade ambiental apontadas por Egri e Pinfield (1999), Hoffman (2001) e Dovers (1996) e, por muitas vezes, negligenciadas nos estudos organizacionais que envolvem em suas análises a temática da sustentabilidade. Nota-se, também, uma aproximação ontológica entre a análise cognitiva e a representação da sociedade estabelecida por um construto social, perspectiva esta que anula a nuance do individualismo metodológico discutido anteriormente. Essa aproximação tende a reforçar que a TNIS pode possuir em seu gene características próprias para a compreensão de fatos subjetivos, complexos que fogem a vista de olhares simplistas, fomentadores de percepções reduzidas da realidade.

Muitos dos estudos que retratam a perspectiva cognitiva da TNIS estão no campo político de análise, o que tende a deixar as ações ainda menos formais e sujeitas a fatores subjetivos (MARCH; OLSEN, 2008). Exemplos disso podem ser encontrados nas ações políticas da prefeitura de Curitiba, que, ao buscar empresas para se instalarem na Cidade Industrial de Curitiba, em 1970, dava preferência e favorecimentos fiscais às organizações que tinham processos ambientais mais desenvolvidos. Esse conjunto de ações da prefeitura da capital paranaense era para facilitar a entrada e, concomitantemente, desenvolver o conceito de sustentabilidade ambiental dentro do Paraná (FIEP, 2009). Nota-se, então, que a indução realizada pela cidade, ocasionada de modo informal, possibilitou a escolha de organizações que melhor se encaixassem nos parâmetros pretendidos de desenvolvimento local. Esse jogo de escolhas políticas está distante da alçada organizacional, ou seja, a empresa nesse caso fica refém do ambiente externo que a circunda e, por vezes, tem seu desenvolvimento atrelado não somente a fatores de eficiência e eficácia, mas também a fatores subjetivos de análise.

Outro exemplo que retrata de maneira consistente

a perspectiva cognitiva da TNIS para a internalização ambiental da sustentabilidade é o processo de elaboração da política ambiental paranaense e sua ligação com o perfil da administração pública do estado. Borinelli (2010), ao analisar historicamente a política ambiental no Paraná, desde 1970 até 2006, notou que a maior ou menor intensidade da ação governamental em prol da sustentabilidade ambiental está estreitamente ligada a características, alianças e perfil dos partidos políticos eleitos. Isso é refletido diretamente nas ações ambientais das organizações, visto a influência do campo político nas ações empresariais e do setor privado como um todo. Esse exemplo é um retrato da instabilidade e das incertezas do campo externo à organização e que de forma intensa direciona as atitudes empresariais para um patamar desejado pelo setor público. O modelo cognitivo, portanto, tende a explicar e a se correlacionar com a sustentabilidade ambiental, quando esta última é entendida por uma perspectiva multifacetada, interdisciplinar, controvertível e que enfatiza os diferentes interesses dos *stakeholders*, conforme apresentado no desenvolvimento teórico.

Assim, tentou-se mostrar três pontos existentes na TNIS que podem explicar e ajudar a compreender algumas questões da sustentabilidade ambiental contemporânea. Através de exemplos advindos de trabalhos recentes, consegue-se, portanto, encontrar pontos que mostram a importância de determinada teoria em alguns aspectos ambientais, principalmente no que se refere à rejeição ao individualismo metodológico que causa uma falsa impressão de simplicidade nas relações entre sociedade e meio ambiente; assim como o modelo de análise isomórfico, que proporciona a explicação das ações ambientais advindas de organizacionais demasiadamente parecidas; bem como o conceito pormenorizado de ambiente cognitivo, que resgata a complexidade da relação entre empresa e sustentabilidade ambiental, além de apresentar um viés determinista, muitas vezes negligenciado em trabalhos organizacionais.

3 Conclusão

O estímulo para o desenvolvimento do artigo surgiu de indagações a respeito das mudanças que vêm ocorrendo na internalização dos parâmetros de sustentabilidade ambiental nas organizações. Assim, o presente estudo objetivou analisar as possíveis contribuições da TNIS na compreensão do processo de internalização da perspectiva ambiental da sustentabilidade nas organizações. Especificamente, o estudo desenvolveu três características convergentes entre a TNIS e a perspectiva ambiental da sustentabilidade, por meio do processo de internalização nas organizações, o que resultou em três pontos de implicações no desenvolvimento do trabalho.

No primeiro, quebra do individualismo metodológico nas análises da TNIS, tentou-se mostrar que as ações individuais das organizações não estão livres das influências externas. Os comportamentos empresariais são direcionados por instituições sociais e, portanto, não dependem exclusivamente

da vontade de um gestor ou empresário. Sendo assim, a TNIS coloca a importância do entendimento de construto social, que embarca no pressuposto de que existem diversos fatores, dentre eles os formais, as imagens e os signos sociais que influenciam direta ou indiretamente a tomada de decisão organizacional.

No segundo, a atenção esteve nos modelos isomórficos da TNIS – coerção; normativo; mimético – que atuam como mecanismos que facilitam a compreensão das causas pelas quais as organizações padronizam suas atitudes relacionadas à sustentabilidade ambiental. Apresentaram-se, então, ações advindas do Estado, ambientalistas, acionistas e da própria comunidade, referentes ao isomorfismo coercitivo. Para o normativo, foram relatadas atitudes referentes a profissionais acadêmicos; aos profissionais técnicos-cientistas e aos órgãos que criam padrões de qualidade ambiental. Para o mimético, foram relatadas práticas organizacionais advindas de outras organizações, dentro de uma relação de reproduzir comportamentos ambientais que já estão em prática no mercado.

O terceiro e último ponto atentou-se ao viés cognitivo da estrutura organizacional, proposta pela TNIS através de Meyer e Rowan; Hall e Taylor. Esse modelo estrutural é um complemento da discussão trazida pela primeira convergência apresentada nesse ensaio, onde se desenvolveu o conceito de organização socialmente constituída. É a partir dessa ideia que os teóricos neoinstitucionais focam um ambiente externo às organizações e, em particular, práticas não formais que fazem parte de um contexto simbólico, cultural e principalmente político não controlável por empresários e gestores. Além disso, a análise cognitiva traz à tona o viés determinístico da TNIS.

Verifica-se que há limitações em relação ao tema, uma vez que este é muito abrangente e permite diferentes interpretações, tanto em relação à TNIS quanto na sustentabilidade ambiental. Por isso, ressalta-se que o ensaio limitou-se apenas ao estudo teórico dos pontos convergentes entre a TNIS e a sustentabilidade ambiental nas organizações, bem como seu processo de internalização. Os exemplos trazidos para o estudo buscaram representar, mesmo que mínima e simplificada, essa provável convergência. Como sugestão para futuros estudos na área verifica-se a possibilidade de um levantamento empírico sobre o processo de internalização. Conclui-se, portanto, que a teoria neoinstitucional é passível de pontos de convergências com a sustentabilidade ambiental, podendo, assim, ser um possível aporte teórico relevante para a análise da internalização organizacional da perspectiva ambiental da sustentabilidade, sendo uma das teorias organizacionais viáveis para o tipo de relação proposto pelo artigo.

Agradecimento:

Apoio Financeiro: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Referências

- BOEIRA, S. L. *Saber ambiental*: Enrique Leff. São Paulo: Vozes, 2001.
- BORINELLI, B. Grupo de pesquisa em política e gestão socioambiental. Relatório Final. A Institucionalização da Gestão Ambiental nas Empresas e no Gov. do Estado do Paraná: Etapas, Contextos e Padrões de Relações no Período de 1970 a 2006. UEL, Londrina, 2011.
- CARVALHO, A.R. O conceito de individualismo metodológico em Hayek. *Revista Análise Econômica*, Porto Alegre, v.26, n.50, p.83-109, set. 2008.
- CAPELARI, M.G.M; BORINELLI, B. *A internalização da variável ambiental nas indústrias do Estado do Paraná no período de 1970 a 2006*: um estudo preliminar. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.
- COLBY, M.E. Environmental management in development: the evolution of paradigms. *Ecological Economics*, n.3, p.193-213, 1991.
- DIMAGGIO, P.J.; POWELL, W.W. The iron cage revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizations Fields. *American Sociological Review*, v.48, p.147-160, 1983.
- DOVERS, S.R. Sustainability: demands on policy. *Journal of Public Policy*, v.16, p.303-318, 1997.
- EGRI, C.P.; PINFIELD, L.T. As organizações e a biosfera: ecologia e meio ambiente. In: CLEGG, S.R.; HARDY, C.; NORD, W.R. *Handbook de estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 1999.
- FERNANDEZ-ALLES, M.L.; VALLE-CABRERA, R. Reconciling institutional theory with organizational theories how neo-institutionalism resolves five paradoxes. *Journal of Organizational Change Management*, v.19, n.4, p.503-517, 2006.
- FIEP. Federação das Indústrias do Estado do Paraná. FIEP 65 anos de história. Curitiba: Literal Link, 2009.
- FOLADORI, G. *Limites do desenvolvimento sustentável*. Campinas: UNICAMP, 2001.
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.
- HALL, P.A; TAYLOR, R. Political science and the three new institutionalisms. *Political Studies*, v. 44, p. 936-957, 1996.
- HOFFMAN, A.J. Linking organization and field-level analyses: the diffusion of corporate environmental practice. *Organization & Environment*, London, v.14, n.2, p.33-156, 2001.
- MCGREW, A. A dinâmica política do “novo” ambientalismo. In: SMITH, D. *As empresas e o ambiente*: implicações do novo ambientalismo. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.
- MARCH, J.G.; OLSEN, J.P. Neo-Institucionalismo: fatores organizacionais na vida política. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v.16, 2008.
- MEYER, J.W; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. *The American Journal of Sociology*, v. 83, n. 2, 1977.
- POWELL, W.W. The new institucionalism. In: CLEGG, S.; BAILEY, J.R. *The international encyclopedia of organization studies*. London: Sage Publishers, 2007.
- REED, M. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In: CLEGG, S.R.; HARDY, C.; NORD, W. R. *Handbook de estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 1999.
- SIMON, H. *Comportamento administrativo*. Rio de Janeiro: FGV, 1979.
- SOUZA, R.S. *Fatores de formação e desenvolvimento das estratégias ambientais nas empresas*. 2004. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.